

**PROCESSO** - A.I. Nº 000775.032-3/02  
**RECORRENTE** - TRANSPORTES R. T. R. LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0081-02/03  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/NORTE  
**INTERNET** - 28.05.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0254-11/03

**EMENTA:** ICMS DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÃO REALIZADA COM NOTA FISCAL CONSIDERADA INIDÔNEA. Comprovada a irregularidade do documento fiscal. Infração caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de um Recurso Voluntário interposto após Decisão que julgou Procedente o Auto de Infração lavrado pela constatação de trânsito de mercadoria acompanhada pelas Notas Fiscais de números 115886 e 115887, consideradas inidôneas, porque a empresa destinatária das mercadorias encontrava-se com a inscrição estadual cancelada.

O Auto de Infração foi julgado Procedente tendo o relator da 2ª JJF apresentado os seguintes fundamentos:

*“Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo verifica-se que o Auto de Infração é decorrente da constatação de mercadoria transitando por este Estado acompanhada pelas Notas Fiscais de números 115886 e 115887, fls. 04 e 05 dos autos, consideradas inidôneas, porque a empresa destinatária das mercadorias, do Estado de São Paulo, encontrava-se com a inscrição estadual cancelada.*

*O autuado alegou em sua defesa que a empresa destinatária, MEP DA SILVA QUELUZ EPP, está registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e confirmou que a inscrição estadual está temporariamente cancelada, e que, segundo os seus titulares está sendo providenciado o pedido de reinclusão. Alegou ainda, que a falta de inscrição estadual poderá ensejar sanção do Estado destinatário, e nunca, por onde a mercadoria apenas transita.*

*Analizando o documento fiscal objeto do Auto de Infração, em cotejo com a Consulta realizada ao cadastro SINTEGRA/ICMS, bem como pela DECLARAÇÃO DE NÃO LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO, fls. 6 e 7 do PAF, constata-se que efetivamente a destinatária das mercadorias encontra-se com a situação cadastral irregular, e por isso, não poderia comercializar enquanto não se regularizasse no cadastro estadual.*

*Vale ressaltar, que o cancelamento de inscrição estadual do contribuinte implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência, e o tratamento que se atribui a contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo dado a contribuinte sem inscrição. Ademais, a legislação estabelece que deve ser considerado clandestino o estabelecimento que não estiver devidamente inscrito no Cadastro de Contribuintes.*

*De acordo com o § 2º, do art. 911, do RICMS/97, a mercadoria é considerada irregular no território baiano se estiver desacompanhada de documento fiscal ou acompanhada de documento inidôneo.*

*Assim, observo que ainda que a mercadoria seja procedente de outro Estado, presume-se posta em circulação neste Estado por estar com documento fiscal considerado inidôneo, e por isso, considera-se que tenha ocorrido o fato gerador do imposto no local onde se encontrou a mercadoria.*

*Ressalte-se ainda que, de acordo com o art. 39, inciso I, alínea “d”, são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto o contribuinte que aceitar para transporte ou conduzir sem documentação comprobatória do destino ou acompanhada de documentação fiscal inidônea.*

*Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, haja vista que ficou comprovada a irregularidade no documento fiscal que acompanhava a mercadoria, tornando-o inidôneo”.*

Inconformado o autuado apresenta Recurso Voluntário onde alega que as mercadorias estavam acobertadas de documento fiscal originadas da ASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, fornecedora das mercadorias.

Que tanto a Junta de Julgamento Fiscal quanto o fiscal autuante se basearam em mera presunção de inidoneidade da notas fiscais mencionadas, mas que esta presunção não autoriza a imposição de multa.

Afirma que a mercadoria apenas transitava no Estado da Bahia com destino a São Paulo e que o fato da destinatária encontrar-se intimada para cancelamento não lhe tirava a capacidade de responder por suas obrigações.

Que o Estado da Bahia possui um instrumento de fiscalização adequado a essas situações que é o passe fiscal.

Diz que a ação fiscal está eivada de vícios, implicando na total desqualificação para efeitos de apuração fiscal.

Em Parecer a PROFAZ opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário, tendo em vista que o recorrente apenas repete na íntegra os argumentos já apreciados na Decisão da 1ª Instância, não sendo capazes de provocar a revisão do Acórdão recorrido.

Assegura que a infração está devidamente comprovada nos autos e que o cancelamento da inscrição estadual implica na responsabilização do transportador solidariamente pelo pagamento do imposto em vista do transporte de mercadoria acompanhada de documento fiscal inidôneo.

## **VOTO**

Neste Recurso Voluntário o autuado não apresenta nenhum argumento capaz de alterar a Decisão recorrida, apenas repete os mesmos argumentos que já foram analisados no Acórdão recorrido.

Equivoca-se o recorrente ao afirmar que o presente Auto de Infração foi lavrado com base em presunção uma vez que os documentos acostados ao PAF comprovam que as notas fiscais apreendidas desatinavam-se a empresa com inscrição cancelada, encontrando-se, portanto, em situação regular.

A empresa destinatária, MEP DA SILVA QUELUZ EPP, está registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e, de acordo com a Consulta realizada ao cadastro SINTEGRA/ICMS, bem como pela DECLARAÇÃO DE NÃO LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO, fls. 06 e 07 do PAF,

constata-se que efetivamente a empresa encontra-se com a situação cadastral irregular, e por isso, não poderia comercializar enquanto não se regularizasse no cadastro estadual.

A alegação do recorrente de que a fiscalização baiana poderia utilizar-se do passe fiscal não encontra respaldo, uma vez que o art.39, inciso I, alínea “d” do RICMS/97 prevê a responsabilidade solidária do transportador quando o mesmo aceitar para transporte ou conduzir mercadoria com documento fiscal inidôneo e o art. 209, inciso VII, alínea “b”, ainda prevê que nota fiscal emitida por empresa com inscrição cancelada é inidônea.

Pelo exposto, concordo com o Parecer exarado pela representante da PROFAZ e NEGÓCIO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário devendo ser mantido na íntegra a Decisão da 2ª JF no Acórdão nº 0081-02/03.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** Auto de Infração nº **000775.032-3/02**, lavrado contra **TRANSPORTES R. T. R. LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$6.878,61**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42,IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de maio de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

VERBENA MATOS DE ARAÚJO - RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ – REPR. DA PROFAZ